



UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



SEGUNDA ONDA DA POLÍTICA FEDERAL DE TECNOLOGIA SOCIAL NA AGENDA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO BRASIL

**Eixo Temático: Gestão e Políticas Públicas - organizações, tecnologia e
desigualdades**

Artur da Silva Ribeiro
Universidade da Amazônia

Diana Cruz Rodrigues
Universidade da Amazônia

RESUMO

Diante da necessidade de atenção à problemas sociais complexos enfrentados pela sociedade brasileira, sobretudo os relacionados ao combate à pobreza, redução de desigualdades e dinâmicas de exclusão social são necessários esforços de abordagens inclusivas no campo da política pública de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para o desenvolvimento social do país. Nesse sentido, Rodrigues (2019) destacou que, na pasta de CT&I, a pauta para inclusão social torna explícita na agenda da política na década de 2000, com forte presença da concepção de tecnologia social (TS). Essa ascensão da pauta na agenda significou a primeira onda de um desenvolvimento tecnológico contra hegemônico de política federal de fomento à TS no Brasil. Assim, o artigo em apreço propõe análises de elementos que possam caracterizar uma possível segunda onda de fomento as ações de tecnologia social na agenda da política pública brasileira a partir da mudança no cenário político do país em 2023. Assim, o artigo buscou explorar os elementos por meio de pesquisa bibliográfica e documental qualitativa que possam caracterizar tal segunda onda, como a reestruturação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com a inclusão de uma Secretaria de C&T para o Desenvolvimento Social e um departamento dedicado especificamente à Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva, bem como as ações em TS incluídas na proposta do PPA 2024 – 2027 apresentado ao congresso nacional em 30/08/2023.

Palavras-chave: Tecnologia Social. Política Pública. Agenda de Ciência, Tecnologia e Inovação

1. INTRODUÇÃO

Considerando que é necessário que o poder público se atenha aos problemas sociais complexos enfrentados pela comunidade brasileira, prioritariamente os problemas

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



relacionados ao combate à pobreza, redução de desigualdades e dinâmicas de exclusão social é necessário propor abordagens temáticas de inclusão na agenda de política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para a geração de desenvolvimento social do país. Nesse sentido, Rodrigues (2019) destaca que os esforços empregados no Brasil no bojo da temática de CT&I, começam a ser articulados junto a agenda de política pública de C&T para desenvolvimento e inclusão social na década de 2000, utilizando-se as preposições teóricas da tecnologia social (TS), e que representam a primeira onda de um desenvolvimento tecnológico contra-hegemônico de política federal de fomento à TS no Brasil. Assim, o artigo em apreço propõe a apresentação de diálogos pautados em elementos que possam caracterizar uma possível segunda onda de fomento as ações de tecnologia social na agenda de política pública brasileira causados de acordo com a mudança no cenário político do país em 2023.

Embora as ações de política de C&T estivessem mais voltadas para as atividades privadas de P & D, as ações idealizadas para a promoção do desenvolvimento social, começam a ser inseridas na agenda de política pública brasileira em 2003, no governo de Luís Inácio Lula da Silva 2003-2006 (Dias, 2012). O referido autor aduz que essas ações começam a ser vislumbradas a partir da criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (Secis), no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, caracterizando ainda uma nova coalizão - a coalizão da Tecnologia Social - composta por movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs), assim como a institucionalização em 2005, na emergência desse processo da temática de inclusão social, da Rede de Tecnologia Social (RTS) que vem justamente definir por meio da articulação de diversos atores, o conceito de TS como “produtos, técnicas ou metodologias, reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social” (RTS, 2005). Esses elementos podem ser entendidos como os principais aspectos que denotam o início de uma primeira onda de fomento à tecnologia social na agenda pública do país. No entanto, por meio da desestruturação institucional no governo federal entre o período de 2016 a 2022, ocorre um enfraquecimento na política de fomento a TS, tanto com a redução de recursos aplicados, quanto a extinção ou enfraquecimento de estruturas organizacionais relevantes (extinção da SECIS e, posteriormente, da Coordenação de C&T para inclusão social, e a desmobilização da RTS). Esses fatos significam um processo de refração da então primeira onda na esfera federal.

No ano de 2023 emerge um novo governo brasileiro, de perfil progressista, assumido pelo então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, o qual traz em sua pauta ações relacionadas a retomada da temática de TS na agenda do governo federal. Nesse contexto, a retomada da TS na agenda de política pública, pode ser vislumbrada por meio da criação de uma Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social, com ações que se dedicam expressamente à temática de TS, assim como traz no Plano Plurianual

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



2024-2027 ações públicas que serão executadas por meio de TS, representando uma possível segunda onda do processo de TS na agenda de CT&I brasileira.

Dentro da perspectiva aqui apresentada, o artigo tem como objetivo evidenciar o processo de retomada da temática de TS na agenda de política pública brasileira (segunda onda), ressaltando as potencialidades e desafios dessa segunda onda.

Este artigo está dividido em cinco seções, onde a primeira está caracterizada por essa introdução. A segunda é caracterizada pelo desenho da pesquisa. A terceira é uma revisão teórica conceitual sobre o processo da primeira onda de emergência da TS na agenda política do Brasil, assim como o processo de retomada dessa temática na agenda de acordo com o novo contexto político nacional por meio dos elementos que possam caracterizar tal onda. Na quarta, apresentamos e discutimos os resultados da pesquisa. E na quinta são estabelecidas as considerações finais.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter qualitativo. A pesquisa bibliográfica se caracteriza pela possibilidade do pesquisador ter acesso ao conhecimento científico já produzido sobre determinados temas (Gil, 2002). A pesquisa bibliográfica desenvolvida foi desenvolvida pelo acesso de artigos e livros sob a temática de Tecnologia Social, com foco no processo da política da temática, agenda, formulação e intersectorialidade. A pesquisa foi realizada nas bases acadêmicas, Google Scholar e Scopus.

Além da pesquisa bibliográfica, foi também realizada pesquisa documental sobre o processo da política da TS. Buscamos analisar dados documentais extraídos do Ministério do Planejamento (com foco no processo de elaboração do PPA) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (com foco em sua reestruturação).

Assim, o presente estudo foi realizado em 2 (duas) etapas: a etapa de revisão bibliográfica ocorreu entre o período de julho à setembro de 2023 e a etapa da pesquisa documental em agosto à setembro de 2023.

3. PROCESSO DE EMERGÊNCIA DA TEMÁTICA DE TECNOLOGIA SOCIAL NA AGENDA DA POLÍTICA DE CT&I: A PRIMEIRA ONDA

Na perspectiva do processo de formação da agenda política apresentada por Capella (2018), a atividade política é caracterizada como conflito, o qual se estabelece por meio de dois grupos, o primeiro é o grupo que está envolvido diretamente ao conflito e o segundo são os espectadores. De acordo com a referida autora, “por meio da mobilização, os conflitos são socializados e se tornam rotineiros e/ou institucionalizados no sistema político”. Nesse contexto, Capella (2018, p. 29) define o conceito de agenda governamental como um “[...] conjunto de assuntos sobre os quais o governo, e pessoas

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



ligadas a ele, concentram sua atenção num determinado momento”. Portanto, olhando para o processo da política de TS na agenda de CT&I da política brasileira, podemos supor que os atores que estavam envolvidos nos grupos do conflito são as Organizações da Sociedade Civil (OSC), as Instituições de Ensino (IES), Instituições de Pesquisa, Órgãos do Governo, Empresas e Cooperativas, o que pode ser reafirmado pela composição dos atores envolvidos na articulação de TS da RTS (Dias, 2009). Pelo exposto, diante da necessidade de um modelo alternativo de tecnologia voltada para o desenvolvimento social e econômico que se contraponha ao modelo convencional de desenvolvimento tecnológico, a TS é defendida enquanto uma concepção contra hegemônica no processo de agenda e formulação da C&T para inclusão e desenvolvimento social.

Na perspectiva de Dias (2009) o processo de inclusão da temática de Tecnologia social na agenda de C&T do governo brasileiro, tem grande relevância política e ideológica como movimento contra-hegemônico, representando um elemento de coalisão na política de desenvolvimento e inclusão social. Na leitura do referido autor, à época desse movimento de coalisão da TS, dois grandes atores tiveram destaque representando a inclusão da temática na agenda política, quais sejam, a Rede de Tecnologia Social (RTS) e a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS). Nessa linha, a RTS se estabeleceu como um importante ator na dinâmica do movimento de articulação da TS no Brasil, haja vista a articulação de atores distintos (OSC, IES, ICT, Governo, Empresas e Cooperativas) e sistematizados por meio de uma rede de *advocacy* orientada para a realização de processos de TS (Dias, 2009).

É importante destacar, que embora a RTS tivesse tido destaque no processo de coalisão da TS na agenda política brasileira, alguns aspectos devem ser ressaltados, como a participação baixa da comunidade de pesquisa e dos órgãos do governo, tendo como protagonistas de participação, as organizações da sociedade civil (Dias, 2009). Segundo o referido autor, a participação pequena dos atores acima citados representava “[...] uma falta de interesse desses atores em reconhecer a Tecnologia Social como um elemento potencialmente importante para a agenda de pesquisa e para a agenda de governo” (Dias, 2009, p. 201).

Ademais, diante do processo relativo ao início de uma primeira onda de fomento da TS na agenda política de CT&I, urge em 2003 um dos principais órgãos governamentais representativos dessa onda, a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS), a qual é orientada para o processo de *Science for Policy* (“Ciência para Política”) e a da *Policy for Science* (“Política para a Ciência”), onde o primeiro se trata da formulação de políticas por meio do conhecimento científico e o

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



segundo se trata de uma aplicação direta da política para regular e supervisionar a conduta da ciência, caracterizando-se como elemento de tomada de decisões no que tange ao fomento ou estruturação do conhecimento científico (Neal; Smith; McCormick, 2008). Dentro dessa perspectiva a SECIS é institucionalizada como fruto de um movimento de pressão de diferentes atores sociais que eram excluídos do processo de formulação da política de CT&I na agenda governamental brasileira (Dias, 2009). Pelo exposto, embora a criação da SECIS tenha representado um avanço no processo de inclusão de atores socialmente excluídos do processo de formulação de políticas para inclusão e desenvolvimento social, foi notório a baixa representatividade em termos de investimentos públicos para atuação dessa secretaria, além da inclusão de uma diversidade de ações dentro desse órgão que acabaram diluindo o alcance do objetivo principal da SECIS (Dias, 2009).

4. A RETOMADA DA TEMÁTICA DE TECNOLOGIA SOCIAL NA AGENDA DE POLÍTICA DE CT&I: A SEGUNDA ONDA

A partir de 2023, com o início de um novo mandato governamental no poder executivo federal Brasileiro, é instituída a nova Estrutura Regimental do MCTI definida pelo [Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023](#), que traz em sua pasta a Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social (SEDES), com um departamento dedicado especificamente à Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva. Ademais, a SEDES dentre os seus objetivos se propõe a:

- I - propor ao Ministro de Estado a criação, a alteração ou a extinção de políticas ou de programas de desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País, nas áreas de popularização da ciência, tecnologia e educação científica, tecnologia social, economia solidária, tecnologia assistiva, soberania e segurança alimentar e nutricional, diálogo de saberes e ciências e as múltiplas formas de conhecimento;
- II - propor políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos aos temas de suas competências em articulação com as demais Secretarias, com as Subsecretarias e com a Assessoria de Participação Social e Diversidade;
- III - promover a elaboração e a execução dos programas, dos projetos, dos processos e dos planos de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social, em articulação com as demais Secretarias, com as Subsecretarias e com a Assessoria de Participação Social e Diversidade;
- IV - implementar e gerenciar políticas e programas destinados ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação, considerados os biomas, os povos originários e as comunidades tradicionais que neles vivam e suas atividades econômicas sustentáveis, em especial na Amazônia Legal, em articulação com os demais órgãos competentes; e
- V - promover a proposição de políticas e a definição dos programas estratégicos nos temas de sua competência, em conformidade com as

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



recomendações das conferências nacionais de ciência, tecnologia e inovação e demais conferências nacionais.

Nesse contexto, a SEDES nasce com o propósito de pensar políticas de CT&I orientadas para o desenvolvimento e inclusão social, atuando na formulação direta com os atores sociais envolvidos nessa temática, representando assim, um organismo de participação que pode permitir a articulação de diferentes atores no processo de formulação de políticas públicas, inclusive de TS, haja vista que dentro da SEDES foi criado o Departamento de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva (Brasil, 2023).

Além da inclusão da SEDES no projeto de governo aqui tratado, é identificado a inclusão do PROGRAMA: 2304 - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social no Anexo III - Programas Finalísticos do Plano Plurianual 2024-2027, cujo objetivo geral é “Democratizar o acesso aos resultados do desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a difusão de tecnologias e a popularização da ciência, para contribuir para a resolução de problemas sociais e melhoria de vida da população” e que vem trazendo para o seu alcance dois objetivos específicos ligados direta ou indiretamente ao fomento de TS, conforme abaixo:

Objetivo 1: Ampliar o fomento a projetos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) construídos a partir do diálogo e em colaboração com atores não acadêmicos, e cujos conhecimentos coproduzidos sejam voltados para a solução de problemas socialmente relevantes;

Objetivo 2: Ampliar o desenvolvimento, o acesso, a reaplicação e a apropriação de tecnologias sociais (PPA, 2023, p. 180)

O objetivo 1 não representa de forma explícita o fomento a TS, no entanto considera a construção de produtos desenvolvidos em colaboração com atores sociais não acadêmicos, e cujos conhecimentos coproduzidos sejam voltados para a solução de problemas socialmente relevantes, o nos leva a interpretar que esses produtos podem gerar TS como resultados, principalmente quando associamos ao conceito de TS desenvolvido por Rodrigues (2019) que aduz que a TS, emerge com um propósito, o qual se destaca pelo atendimento das necessidades da sociedade tomando como pauta o desenvolvimento de ações baseadas na construção coletiva do conhecimento e nos valores culturais das comunidades envolvidas, para a realização de constructos eficazes para inclusão social e solução de problemas efetivamente enfrentados pela população.

Em relação ao objetivo 2, o mesmo representa de forma explícita a inclusão da temática de TS na agenda decisória do governo federal. Ademais, o PPA 2024-2027 define o número de TS a serem alcançadas nos próximos anos conforme representado pela Tabela 1 abaixo:

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Tabela 1: Número de produtos a serem alcançados nos próximos resultantes da coprodução de conhecimento nos projetos de P&D colaborativa apoiados anos conforme PPA 2024-2027 do Governo Federal brasileiro

0214 - Ampliar o desenvolvimento, o acesso, a reaplicação e a apropriação de tecnologias sociais					
Indicador do Objetivo Específico	Número de tecnologias sociais desenvolvidas e apropriadas pela população				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	Unidade	Meta Cumulativa	Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	10	20	30	40	

Fonte: Anexo III – PPA 2024-2027 do Governo Federal brasileiro

A tabela acima representa um número bastante tímido na expectativa de TS a serem desenvolvidas se considerarmos que a sociedade civil em consonância com o governo público possui um potencial anual relativamente expressivo na implementação de TS, o que pode ser evidenciado por meio de dados obtidos junto à Fundação Banco do Brasil (FBB) que a cada ano com um intervalo de um ano efetua a seleção de TS para certificação e inclusão na plataforma transforma, que funciona como um banco de TS para acesso de toda a sociedade. Ademais, conforme dados coletados junto à FBB em pesquisas de mapeamento de TS na Amazônia legal verificou-se que em 2017, 2019 e 2021, foram certificadas pela FBB respectivamente 38, 23 e 13 TS nos estados da Amazônia, o que em cálculo básico, representa um total de 74 TS certificadas apenas nos estados da Amazônia, superando a estimativa nacional do governo federal para os próximos anos.

Um dos aspectos interessantes da inclusão na temática de TS no PPA 2024-2027, é a articulação do PROGRAMA: 2304 - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social por meio do conceito de TS em várias agendas políticas, quais sejam, (1) Agenda Ambiental, (2) Agenda Povos Indígenas, (3) Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades, (4) Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática, (5) Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda. Essa maior participação da TS na agenda política brasileira representa um processo de “Ciência para política” remetendo ainda a um processo de intersectorialidade, esse processo nos mostra o “[...] potencial de direcionar o desenvolvimento científico e tecnológico em consonância com a geração de valor público pela Ciência na Sociedade. A intersectorialidade é o meio pelo qual as interações entre a política C&T e outras áreas de políticas, principalmente as sociais, devem estabelecer estratégias para se articularem” (Rodrigues et al., 2023, p. 3). Nesse sentido, o governo brasileiro, tende a criar um cenário de articulação profícuo entre diversos setores públicos, consolidando muito mais a temática de TS na agenda de política pública brasileira.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:

PROGRAMA NACIONAL DE FOMENTO À PESQUISA E INOVAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Além dos objetivos do programa acima citado é possível identificar no PPA 2024-2027 uma proposta de ação intersetorial de inclusão da temática de TS na agenda da Política Nacional de Segurança alimentar e nutricional e combate à fome, por meio da ampliação do acesso à água para consumo e produção para as famílias rurais do Cadastro Único, por meio da implantação de tecnologias sociais de armazenamento de água, sendo este um dos objetivos específicos para balizar o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Nesse contexto, conforme Rodrigues *et al* (2023) destaca-se que as políticas de fomento à TS e demais políticas públicas, como educação, alimentação, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade abrangem aspectos de intersectorialidade. Assim, a “[...] intersectorialidade corresponde a articulação entre órgãos governamentais e atores sociais em diferentes áreas para abordar problemas públicos complexos (multicausalidade e multidimensionalidade) de modo mais integral.” (Rodrigues, *et al*, 2023, p. 03). Pelo exposto, segundo a perspectiva de Jaccoud (2016) a formulação de políticas públicas que trazem em sua construção a intersectorialidade é considerada estratégica para o enfrentamento de problemas sociais complexos.

Pelo exposto, é possível supor que a nova estrutura regimental do MCTI que está sendo construída a partir do novo mandato governamental, assim como as ações que estão sendo previstas no instrumento central de planejamento das atividades do Governo Federal o qual estabelece diretrizes, objetivos e metas a serem perseguidas para os próximos quatro anos, sinalizam para uma retomada da temática de TS na agenda decisória governamental federal, o que vislumbramos como uma possível segunda onda da política federal de TS.

5. POTENCIALIDADES E DESAFIOS DA EMERGÊNCIA DA TS NA AGENDA DE POLÍTICA PÚBLICA DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO

A retomada da temática de TS na agenda de CT&I do governo federal brasileiro representa um processo de coalisão da TS na política. Esse processo vem sendo articulado por diversos atores, caracterizados por OSC e órgãos públicos de diferentes esferas. Ademais, pesquisas recentes demonstram um protagonismo de implementação de TS por OSC, sobretudo na Amazônia Legal, além de uma parcela considerável de TS implementadas pelo poder público (Rodrigues, *et al*, 2023). Embora não há uma política pública institucionalizada orientada para o processo de fomento da TS, ações públicas e de OSC devem ser sistematizadas como elemento formativo de aprendizados para o processo de formulação da política, além de gerar subsídios para uma aproximação às principais necessidades e demandas regionais, identificação de atores regionais da política e análises para fomento de reaplicações.

A formação de uma estrutura governamental possibilita a sistematização desse novo processo de inclusão da temática de TS na pauta do governo federal, gerando o desenvolvimento de atividades de aprendizagem da política (*policy learning*). O elemento

REALIZAÇÃO:



APOIO:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



de aprendizagem da política concentra-se em aprendizados distintos, mas que tendem a melhorar o processo de formulação de políticas públicas, por exemplo, os aprendizados orientados para a características gerencial se pautam especificamente no aprendizado do sistema organizacional por meio das decisões e atividades tratadas. Já as abordagens de nível micro¹ [...] concentram frequentemente as mudanças nos valores, normas e preferências políticas dos indivíduos” (Moysen; Scholtenb; Weible, 2017).

Outro elemento potencial seria a reativação da RTS como processo de coalisão de defesa da TS no âmbito da agenda de política de CT&I brasileira. A interação de diferentes atores em rede por meio de um processo de *advocacy* representaria um cenário consolidado de atuação para a fixação da temática de TS na agenda brasileira. No entanto três aspectos devem ser ressaltados para que a rede de TS se mantenha com afinco, como exemplo (1) destaca-se a paridade de atuação das OSC e Governo público para que ambas detenham parcelas consideráveis do poder político antes concentrado nas OSC, haja vista que as mesmas representavam um percentual de (58,4%)² do poder político na RTS, o que por sua vez tende a geração de conflitos de poder decisório. Além disso o (2) fomento de recursos à rede deve concentrar-se não só em reaplicação de TS mas sim no desenvolvimento de novas alternativas de TS considerando as heterogeneidades do país para sua aplicação. E por fim (3) a disseminação de TS deve ser tratada com mais relevância, uma vez que essa proposta busca alinhar a temática a diferentes esferas do governo, sendo um fator primordial para criação de políticas intersetoriais permeadas com a temática de TS em sua formulação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo aqui esboçado se pautou na análise de elementos que pudessem caracterizar uma possível segunda onda de TS na agenda de política de CT&I Brasileira. De acordo com a análise da nova estrutura do MCTI e ações do PPA 2024-2027 implementados pelo governo eleito em 2022, é possível vislumbrar uma série de ações voltadas para a temática de TS na agenda política brasileira e que podem representar a segunda onda supracitada. Essas ações caracterizam o que chamamos de coalisão de defesa da temática de TS. Acreditamos que essas ações representam uma série de aprendizados da política que deram ensejo a inclusão da temática de TS nas pautas decisórias do estado, contudo ainda cabem diversos aprendizados sobretudo para a formulação de uma política de TS estruturada e articulada em diferentes eixos federativos.

Foi possível vislumbrar que o governo por meio de sua nova estrutura política busca implementar a temática de TS em diversas agendas políticas setoriais,

¹ “Os estudos a nível micro centram-se na elaboração de políticas como um processo de “confusão” entre os intervenientes políticos individuais que lidam com ideias e incertezas” (Moysen; Scholtenb; Weible, 2017, p. 162).

² Estudo realizado por Dias (2017, p. 201).

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



caracterizando aspectos de intersetorialidade da temática na agenda pública. No entanto diversos esforços ainda serão necessários para que a TS se integre como política efetiva no governo. Esses esforços dependerão da articulação de diversos atores no processo de *politics* da TS sobretudo em processos em rede por meio de *advocacy*.

Por fim, cabe a realização de demais estudos de monitoramento e análise das ações do governo público federal face a inclusão da temática de TS na agenda, com o intuito de dirimir eventuais dúvidas sobre como o processo de TS está sendo estruturado no rol de políticas públicas brasileiras para os próximos anos, no entanto, tais análises dependem de um aporte de dados adicionais, como exemplo, os percentuais de indicadores das unidades vinculadas do MCTI que produzem ou tem potencial de produção de TS no país.

REFERÊNCIAS

CAPELLA, Ana Claudia. *Formulação de Políticas Públicas*. Brasília: Enap, 2018. 151 p.

DIAS, Rafael De Brito. *A trajetória da política científica e tecnológica brasileira: um olhar a partir da análise de política*. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas/SP 2009

BRASIL. [Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023](#). Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11493.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.493%2C%20DE%2017%20DE%20ABRIL%20DE%202023&text=Aprova%20a%20Estrutura%20Regimental%20e,comiss%C3%A3o%20e%20fun%C3%A7%C3%B5es%20de%20confian%C3%A7a.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

JACCOUD, Luciana. Pobreza, direitos e intersetorialidade na evolução recente da proteção social brasileira. In: Macedo, Juliana Matoso.; XEREZ, Flávia Helena Saraiva.; LOFRANO, Rodrigo. (Org). *Intersetorialidade nas políticas sociais: perspectivas a partir do Programa Bolsa Família*. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social Em Debate. N° 26. Brasília, 2016.

MOYSON, S., SCHOLTEN, P., WEIBLE, C. M. Policy learning and policy change: Theorizing their relations from different perspectives. *Policy and Society*, 36, 2, 2017.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



NEAL, Homer A.; SMITH, Tobin L.; MCCORMICK, Jennifer B. Beyond Sputnik: U.S. Science Policy in the Twenty-First Century. The University of Michigan Press, 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Plano Plurianual 2024-2027. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/o-plano-plurianual-2024-2027-foi-entregue-hoje-ao-congresso-nacional-em-cerimonia-no-palacio-do-planalto>. Acesso em: 20/09/2023.

RODRIGUES, D. C. Enfrentamento das desigualdades na política estadual de ciência, tecnologia e inovação no Pará: abrangência e conformações em tecnologia assistiva e tecnologia social. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade da Amazônia, Belém/PA, 2019.

RODRIGUES, D. C.; RIBEIRO, A. S. ; CIPRIANO, J. A. ; Silva, R. O. da . Um panorama sobre experiências de tecnologia social na amazônia legal. 2023. XII ENAPEGS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. 2023.

RODRIGUES, D. C.; Silva, Regina Oliveira da.; Corrêa, Dávila.; Gutierrez, Denise Machado Duran. Segunda Onda da Política Federal de Tecnologia Social & Amazônia: A proposta de um Observatório de Tecnologia Social da Amazônia. In: 1º Simpósio Brasileiro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Tecnologia Social (SEPETS). UFRJ. 2023

RTS - Rede de Tecnologia Social (Org.). (2010). *Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília/DF: Secretaria Executiva da RTS.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

